



# Bolsa Família INFORMA

Nº 158 • 05 de janeiro de 2009

## Bolsa Família alcança importantes resultados em 2008

### O aprimoramento do Programa ao longo de 2008 trouxe melhorias na sua gestão, beneficiando milhões de famílias pobres em todo o país

2008 foi um ano cheio de conquistas para o PBF. Gradativamente, a implementação do Programa se torna mais eficaz e eficiente, garantindo que os benefícios cheguem às famílias que dele necessitam e que atendem aos critérios legais. Assim, até o novembro deste ano, o Bolsa Família alcançou 10,65 milhões de famílias, cerca de 21% da população brasileira.

Os benefícios do PBF foram reajustados, a partir de julho de 2008, em torno de 8%, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Geral (INPC). Esse reajuste foi determinado pelo [Decreto nº 6.491, de 26 de junho de 2008](#), norma que atualizou o valor do benefício básico de R\$ 58,00 para R\$ 62,00, e o do benefício variável de R\$ 18,00 para R\$ 20,00. Com o reajuste, o valor médio do benefício por família passou de R\$ 78,70 para R\$ 85,00.

A publicação da [Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008](#), ampliou a faixa etária de atendimento do Bolsa Família, incluindo os adolescentes de 16 e 17 anos com vínculo escolar. A partir de março deste ano, as famílias beneficiárias do Programa com adolescentes nessa faixa etária, passaram a receber adicionalmente o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), no valor de R\$ 30,00, até o limite de dois benefícios por família, conforme divulgado no [Bolsa Família Informa nº 118](#). Até novembro de 2008, foram concedidos cerca de 1,9 milhão de benefícios vinculados ao adolescente.

Em 2008 iniciou-se o Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do PBF, contribuindo para ampliar a inserção social das famílias atendidas pelo Programa. O projeto foi dividido em três fases. Na primeira fase, ocorrida a partir de março, executou-se projeto-piloto na cidade de Belo Horizonte (MG), com o pagamento de benefícios diretamente na conta bancária de 4.233 beneficiários-correntistas do PBF. Essa fase foi importante para medir a aceitação do público-alvo, que alcançou 99% de aprovação em relação ao crédito do benefício na conta. Na segunda fase, beneficiários dos outros estados do Brasil que espontaneamente abriram sua conta na Caixa Econômica Federal (CAIXA) foram inseridos no processo e passaram a receber o benefício diretamente na conta CAIXA FACIL – cerca de 600 mil famílias tiveram o benefício do Bolsa Família depositado em suas contas. A terceira fase, que acontecerá a partir do 1º semestre de 2009, priorizará o incentivo à abertura de novas contas, com o objetivo de alcançar cerca de 4 milhões de beneficiários-correntistas até o final de 2010. Mais informações sobre a Inclusão Bancária dos Beneficiários do PBF podem ser obtidas no [Bolsa Família Informa nº 127](#).

O acompanhamento das condicionalidades do PBF também apresentou progressos significativos ao longo de 2008. Houve aumento do número de municípios e de escolas que informaram a frequência escolar e do número de crianças acompanhadas e, ainda, ampliou-se a possibilidade de acesso às informações mais detalhadas sobre os motivos de

não-frequência escolar. O acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do PBF atingiu quase 14 milhões de pessoas, alcançando 85% do total de alunos a serem acompanhados. A área de saúde também elevou seus índices, chegando ao percentual de 58% de acompanhamento das famílias sujeitas ao processo de monitoramento.

Com o intuito de dar seguimento à política de apoio aos estados na gestão do PBF e, conseqüentemente, cumprir as disposições contidas no art. 8º da [Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004](#), foi publicada a [Portaria GM/MDS nº 76, de 6 de março de 2008](#), que criou o Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGDE). Até setembro deste ano, foram repassados aos estados cerca de R\$ 7,9 milhões, a fim de remunerá-los por trabalhos já executados na gestão do PBF. Os municípios, por sua vez, receberam mais de R\$ 227 milhões, relativos ao Índice de Gestão Descentralizada (IGD).

O Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do PBF também foi um ponto alto da gestão do programa em 2008. Cerca de 692 práticas foram inscritas e, destas, 442 serão publicadas no Observatório de Boas Práticas do PBF, de modo a possibilitar a divulgação do trabalho que vem sendo realizado pelos municípios e estados no âmbito do PBF, assim como a viabilizar a troca de experiências bem sucedidas. Os 10 premiados, sendo 4 estados e 6 municípios, já realizaram a viagem de estudos para o México, Chile e Colômbia.

Na área de programas complementares, a ação do Governo Federal foi focada na qualificação profissional. Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e a Casa Civil da Presidência da República, foi lançado o Plano Nacional de Qualificação Profissional dos Beneficiários do PBF (PlanSeQ Bolsa Família). Inicialmente o plano ofertará cursos na área da Construção Civil, atendendo a 13 Regiões Metropolitanas com maiores investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento. A proposta é oferecer qualificação nas áreas em que a demanda por mão-de-obra seja significativa para facilitar a inserção no mercado de trabalho das pessoas que receberem treinamento. Ao longo de 2009 outros setores econômicos também serão incorporados a essa proposta, sendo o primeiro o do Turismo. Mais de 320 mil famílias já receberam a convocação para realizar a inscrição nos postos do Sistema Nacional de Emprego (Sine), e outras 1,1 milhão receberam comunicado via extrato de pagamento.

O MDS desenvolveu ações voltadas para o atendimento prioritário das famílias vulneráveis, sendo incluídas no PBF 20.413 famílias que encontravam-se morando na rua e outras 3.500 famílias beneficiadas no Programa foram resgatadas da situação análoga a condição de escravo. Quanto aos povos tradicionais, 58.847 famílias indígenas e 24.413 famílias remanescentes dos quilombos foram beneficiadas pelo Bolsa Família.

A Senarc disponibilizou para os municípios o Aplicativo do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que permite o acompanhamento das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Com esse aplicativo, os gestores municipais poderão identificar, entre as famílias pobres de seu município cadastradas no CadÚnico, aquelas que apresentam baixo nível de desenvolvimento em alguma das dimensões definidas pelo IDF (vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais).

Diversos documentos normativos foram publicados, consolidando a institucionalização do PBF e conferindo transparência aos processos que são realizados pela Senarc, pelos estados e pelos municípios. Entre eles, destacam-se a Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008, que trata da gestão de condicionalidades; a Portaria GM/MDS nº 341, de 07 de outubro de 2008, que fixa as regras do ingresso das famílias no PBF; e a Portaria GM/MDS nº 376, de 16 de outubro de 2008, que regulamenta a gestão do Cadastro Único.

Muitas foram as realizações do Bolsa Família neste ano. O programa tem contribuído para

que milhões de brasileiros melhorem suas condições de vida. Apesar dos avanços constatados, há muito a fazer para diminuir ainda mais os índices de pobreza no país.

### **Desafios para 2009**

Iniciaremos o ano de 2009 com o desafio de realizar a atualização cadastral de milhares de famílias. Essa ação é fundamental para a implementação da revisão de benefícios a cada dois anos, garantindo às famílias uma permanência mínima de dois anos no PBF, mesmo que haja alguma flutuação na sua renda *per capita*.

O Cadastro Único passará por diversas aperfeiçoamentos, que incluem o formulário e o aplicativo. O novo formulário permitirá qualificar as informações coletadas, bem como terá uma maior compatibilidade com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O aplicativo do Cadastro funcionará *on-line*, sendo possível verificar as alterações instantaneamente, sem a necessidade de aguardar arquivos retorno. É preciso, no entanto, que os municípios estejam preparados tecnologicamente para essas mudanças.

No âmbito das condicionalidades, dois desafios se apresentam: o de ampliar as informações de acompanhamento tanto de educação quanto de saúde, e o de realizar o acompanhamento das famílias em situação de descumprimento. As condicionalidades do PBF reforçam o direito das famílias mais pobres de acessar os serviços básicos de educação e saúde. As famílias em situação de descumprimento são, portanto, famílias vulneráveis que precisam de apoio do Poder Público para manter seus filhos na escola e frequentar os postos de saúde.

Para além da transferência de renda, o esforço de implementação de programas complementares deverá ser ampliado. Ações de ampliação da escolaridade, de alfabetização de jovens e adultos e de qualificação profissional devem ser articuladas de modo a promover socialmente essas famílias.

O controle social também merece investimento, de recursos, de tempo e de esforços, por parte dos gestores municipais. Todos os municípios possuem uma instância designada para monitorar o PBF, em nome da sociedade. É necessário então envolver os cidadãos que compõem esses colegiados no acompanhamento do Programa, criando as condições necessárias – infraestrutura e informação – para que elas possam exercer seu papel.

Como se vê, ainda há muito para realizar. Esperamos que, em 2009, todos os responsáveis pela gestão do PBF permaneçamos comprometidos a fazer a diferença no cotidiano das famílias mais pobres do Brasil.

**PARA MAIS INFORMAÇÕES** acesse o [Fale Conosco do PBF](#) ou entre em contato com a Coordenação de Atendimento da Senarc: (61) 3433-1500 ou fax (61) 3433-1614/1615.